

Independência: Celebrações, Memórias e Símbolos¹

Beatriz Góis Dantas²

Resumo

A celebração do bicentenário da independência política de Sergipe motiva a rememoração sobre as formas de comemorar o evento no passado. A partir das memórias de Serafim Santiago, o trabalho descreve e analisa as celebrações de 24 de outubro em descompasso com 8 de julho, data do Decreto Real que declara a autonomia, e mostra a elaboração de símbolos no contexto de construção do imaginário social da identidade coletiva emergente. O Hino Sergipano e a representação do caboclo/índio formam uma unidade significativa com funções cívico-pedagógicas procurando atingir mentes e corações. O texto também mostra como elementos dessas comemorações estão hoje integrados à vida e à cultura de Sergipe.

Palavras-chave: Independência de Sergipe, Hino Sergipano, celebrações de 24 de outubro, símbolos oficiais, representações de índios.

- 1 Versão preliminar deste trabalho foi apresentada como palestra de abertura do Simpósio do XLV Encontro Cultural de Laranjeiras, em janeiro de 2020.
- 2 Antropóloga, professora emérita da Universidade Federal de Sergipe, sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro da Academia Lagartense de Letras.
E-mail: beatrizgoisdantas@gmail.com



Independencia: Celebraciones, Memorias y Símbolos

Independencia: Celebraciones, Memorias y Símbolos

18



Abstract

The celebration of Sergipe's political independence bicentenary motivates the need on recollecting the ways of commemorating the event in the past. Based on Serafim Santiago's memoirs, the work describes and analyzes the differences between October 24 and July 8 (date of the Royal Decree that declares autonomy) celebrations, showing the elaboration of symbols in the construction of the social imaginary of collective's identity that was emerging. The Sergipe's Hymn and the representation of the caboclo / Indio form a significant unit with civic-pedagogical functions aiming to reach minds and hearts. The text also shows how elements of these celebrations are now integrated into Sergipe's life and culture.

Keywords: Sergipe's Independence, Sergipe's Hymn, October 24th celebrations, official symbols, Indians' representations.

Resumen

la celebración del bicentenario de la independencia política de Sergipe motiva la rememoración sobre las formas de conmemorar el evento en el pasado. Desde las memorias de Serafim Santiago, el trabajo describe e investiga analiza las celebraciones de 24 de octubre en descompaso con 8 de julio, fecha del Decreto Real que declara la autonomía, y muestra la elaboración de símbolos en el contexto de construcción del imaginario social de la identidad colectiva emergente. El Himno Sergipano y la representación del caboclo/indio forman una unidad significativa con funciones cívico-pedagógicas procurando alcanzar mentes y corazones. El texto también muestra como elementos de esas conmemoraciones están hoy integrados a la vida y a la cultura de Sergipe.

Palabras-llave: Independencia de Sergipe, Himno Sergipano, celebraciones de 24 de octubre, símbolos oficiales, representaciones de indios.

As celebrações fazem parte da vida das sociedades, são importantes elementos no processo de afirmação identitária das comunidades e de integração dos indivíduos no corpo social de que são parte. São também momentos de construção ou reafirmação de símbolos.

Imbuída por esse espírito comemorativo do bicentenário da independência política de Sergipe, e considerando que os modos de celebrar variam ao longo tempo, a proposta deste trabalho é apresentar a forma pela qual os sergipanos do século XIX comemoravam a independência da terra natal, identificando elementos significativos no campo do imaginário, como a criação e/ou fixação de símbolos importantes na construção da identidade emergente (BACKSO, 1985; CARVALHO, 1990). Também indica como elementos dessas celebrações estão hoje integrados à vida e à cultura de Sergipe, através de símbolos oficiais e de expressões populares.



Entre o 8 de julho e o 24 de outubro

O instrumento legal que declarou a autonomia política de Sergipe em relação à Bahia foi a Carta de Dom João VI, rei de Portugal então residente no Brasil, datada de 8 de julho de 1820, endereçada ao governante da Capitania da Bahia, em que declara: “Hei por bem por Decreto da data desta, isentá-la [a capitania de Sergipe] absolutamente da sujeição em que até agora tem estado”.³

Alguns anos se passaram até que a nova entidade política tivesse sua autonomia reconhecida, processo esse que coexiste e se cruza com as lutas pela independência do Brasil, retardando a normalização da vida política de Sergipe, bem como as celebrações mais visíveis e registradas de um fato marcante na história local. Quando isso ocorre, já na década de 30 (1836), as comemorações são realizadas em 24 de outubro, enquanto o 8 de julho permanece em esquecimento.

Petição de um cidadão sancristovense, datada de 1836, solicitando à Câmara Municipal de São Cristóvão autorização para a apresentação de grupos de mascarados nas ruas durante o período que antecede o 24 de outubro, afirma ser este o dia em que se celebra a independência de Sergipe.⁴ Pela primeira vez, a data é comemorada festivamente em São Cristóvão, então capital, dando início a uma tradição que se alonga por mais de um século, conquistando mentes e corações dos sergipanos e incluindo rituais de celebração da identidade emergente.

3 Ver transcrição da Carta Régia na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1920, p. 9), edição comemorativa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe.

4 Requerimento de João Firminiano dos Santos Forte à Câmara de São Cristóvão, referido no *Noticiador Sergipense* de 27 de setembro de 1836. Apud. Nunes (2000, p. 253).

Em 1839, as comemorações do 24 de outubro são legitimadas pelo poder público, que declara a data como feriado, e as festividades se difundem para todo o estado. Segundo Thétis Nunes, que muito pesquisou o assunto:

Os jornais da época imperial e dos começos da República registram as festividades realizadas que marcavam o 24 de outubro: comemorações nas escolas, desfiles populares, apresentações de mascarados, bailes em Palácio, não só na capital como no interior. Após a Proclamação da República, tornou-se a data escolhida para a posse dos presidentes eleitos (NUNES, 2000, p. 242).

Todavia, já no final do século XIX, quando a data era efusivamente festejada, surgiram dúvidas sobre os motivos das celebrações de outubro. Em 1897, a Assembleia Legislativa encarregou Laudelino Freire de esclarecer a questão, e ele deu parecer do qual resultou uma lei que proclamava o 8 de julho como feriado, por ser o dia da independência de Sergipe. Entretanto, confirmava o feriado de 24 de outubro, criado desde 1839, mantido como “data histórica de reparação da independência de Sergipe”, consagrada pelo povo (NUNES, 2000, p. 245).

Durante mais de um século, Sergipe conservou oficialmente essa dupla inserção no calendário cívico de celebração de sua independência. Em 1920, no primeiro centenário da emancipação, trava-se um “combate de datas”. Enquanto o Instituto Histórico e Geográfico comemorava o evento em 8 de julho, o governo do Estado, então presidido pelo presidente Pereira Lobo, celebrava festivamente o 24 de outubro (DANTAS, 2012, p. 82-83). Essa duplicidade de data comemorativa foi ratificada inclusive pela Constituição estadual de 1989, até que no ano 2000, por emenda constitucional, declara-se feriado estadual o 8 de julho, data consagrada à independência de Sergipe,⁵ enquanto o secularmente festejado 24 de outubro, que ao longo da segunda metade do século XX perdera importância, não mais figura como feriado e vai sendo reconhecido como o dia da sergipanidade.

Os pesquisadores muito se esforçaram na busca de um fato histórico para esclarecer as razões dessas festividades de 24 de outubro, consagradas pelo povo e ratificadas pelo poder público, como sendo o dia da independência de Sergipe. Muitas hipóteses foram levantadas e descartadas. Por exemplo, Felisbello Freire (2013, p. 285) vê o 24 de outubro como a

5 O artigo 269 da Constituição Estadual de 1989 estabelecia: “Serão feriados estaduais os dias 08 de julho e 24 de outubro, datas consagradas à Independência de Sergipe e à comemoração popular e tradicional da mesma independência”. Em 2000, por emenda constitucional, o referido artigo passou a ter a seguinte redação: “Será feriado estadual o dia 08 de julho, data consagrada à independência de Sergipe”. Agradeço a Rivadálvio Lima a pesquisa desses dados na Assembleia Legislativa.



data em que Carlos César Burlamarque teria sido nomeado para governar a nova capitania. Esta também era a versão de José Pinto de Carvalho, português contemporâneo dos acontecimentos da independência. Mas o argumento cai por terra com a declaração do próprio Burlamarque ao afirmar que sua nomeação tem outra data. Para Thetis Nunes (2000, p. 243), 24 de outubro foi a data em que a Câmara de São Cristóvão teria tomado conhecimento da Carta Régia de Dom João VI datada de 8 de julho concedendo a independência de Sergipe.

O certo é que não há, até então, nenhum fato histórico conhecido e convincente que justifique as comemorações de 24 de outubro iniciadas em 1836. Às vezes, a dualidade de datas sugere a atuação de facções políticas em disputa por legitimidade e construção de hegemonia, mas seja o que for, certamente as celebrações do 24 de outubro são importantes, pois ajudam a pensar e procurar entender os fundamentos simbólicos da vida social, sobre os quais repousam as comemorações aludidas.

Celebrações nas memórias de Serafim Santiago

Para tratar das antigas comemorações cívicas realizadas no dia 24 de outubro durante o século XIX, valho-me da rica narrativa memorialística de Serafim Santiago publicada com o título do manuscrito original *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*.⁶

Figura 1. Serafim Santiago



Fonte: SANTIAGO (2009, p. 11).

6 Escrito no primeiro quartel do século XX, o manuscrito tornou-se acessível como livro no início do século XXI: Santiago (2009).



Serafim Santiago (1859-1932) era sancristovense e funcionário público que, identificando-se como “investigador de antiguidades” e “antiquário apaixonado”, fez de São Cristóvão, a antiga capital de Sergipe, o principal objeto de sua escrita. Segundo o autor, o manuscrito destinava-se a circular no espaço doméstico, como presente deixado para os seus descendentes que, vez por outra, também aparecem na narrativa, numa curiosa mistura entre passado e presente, entre público e privado, apresentando-se como um bom exemplo do fluxo da memória que quando jorra põe em evidência “pontos onde a significação da vida se concentra” (BOSI, 1979, p. 337).

Serafim Santiago consultou historiadores, ouviu velhos informantes, entre os quais João Nepomuceno Borges, o conhecido João Bebe Água,⁷ que nunca se conformou com a mudança da capital para Aracaju, e a estas informações, ajuntou suas próprias lembranças, escrevendo à mão mais de 300 páginas. Do texto manuscrito, há duas cópias, melhor dizendo duas versões, pois há algumas diferenças entre elas. Uma está no Instituto Tobias Barreto na Universidade Tiradentes (UNIT, antigo acervo de Luiz Antônio Barreto); a outra se encontra no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Foi a partir dos originais do IHGSE que o *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão* foi publicado pela Universidade Federal de Sergipe em 2009. Trabalho feito por muitas mãos, a edição respeita a grafia original (edição paleográfica) e permitiu o acesso público a esse importante documento sobre as comemorações realizadas em Sergipe para celebrar a sua independência.

Entre muitos outros assuntos, o livro trata da fundação de São Cristóvão e de sua história, de seu santo protetor, da construção e reconstrução dos templos centenários, suas ruas e praças, dos governantes, de personagens destacados e de pessoas do povo, de lendas, de coisas prosaicas do cotidiano da cidade e de suas festas. São estas que interessam no momento, descritas pelo autor segundo a sequência do tempo ordenado pelo calendário civil que divide o ano em 12 meses.

Ao estabelecer uma relação entre calendários e festas, Serafim Santiago introduz na sua escrita um dado fundamental na compreensão das sociedades. Como ensina Le Goff:

Uma função essencial do calendário é a de ritmar a dialética do trabalho e do tempo livre, o entrecruzamento dos dois tempos: o tempo regular, mas linear do trabalho, mais sensível às mudanças históricas, e o tempo cíclico da festa, mais tradicional, mas permeável às mudanças da história (LE GOFF, 1984, p.282).

7 João Nepomuceno Borges foi incorporado à tradição oral dos sergipanos como bebereão, daí o apelido de João Bebe Água. Hoje, reabilitado como figura de destaque na antiga capital, conforme pesquisas de Thiago Fragata, sabe-se que nasceu em 1823, foi vereador em 1864 e Juiz de Paz em São Cristóvão em 1893. Disponível em: <http://museuhsergipe.blogspot.com/2013/03/revisao-na-biografia-de-joao-bebe-agua.html>. Acesso em janeiro de 2020. Agradeço a Thiago o empenho em identificar, por solicitação minha, a localização das antigas ruas de São Cristóvão.

No dizer de Carlos Rodrigues Brandão (1989, p. 8), “por causa dos mais diversos motivos, eis que a cultura de que somos ator-parte interrompe a sequência do correr dos dias da vida cotidiana e demarca momento de festejar”.

Mas o que se festejava na antiga São Cristóvão dos tempos de Serafim Santiago? Quais eram os dias de festas? Nesse contexto, como se situavam as celebrações da independência de Sergipe?

Calendário de festas da Cidade de São Cristóvão – Século XIX

Mês	Festas E Celebrações
Janeiro	Dia de Reis (Taieira, Chegança, Cacumbi).
Fevereiro	Entrudo (Carnaval) Dia de Cinzas, Quaresma, Procissão de Passos (móvel).
Março	[Semana Santa] nenhum registro.
Abril	Semana Santa (móvel).
Maio	Invenção da Santa Cruz, Ascensão do Senhor, N. Sra. da Pureza, Exaltação da Santa Cruz.
Junho	Santo Antônio, São João e São Pedro, Coração de Jesus, <i>Corpus Christi</i> .
Julho	Visitação de N. Sra. e visita festiva ao Hospital da Misericórdia, “ arrumamento ” em frente ao Palácio (dia 2), Triunfo da Santa Cruz e N. Sra. do Carmo.
Agosto	N. Sra. do Amparo, Assunção de N.Sra., N. Sra. da Boa Morte.
Setembro	Independência do Brasil (7 de setembro) , Festa da padroeira N. Sra. da Vitória, Festa de Senhor dos Passos.
Outubro	N. Sra do Rosário, São Francisco, Independência de Sergipe (24 de outubro) .
Novembro	Finados, Santa Cecília.
Dezembro	Nossa Senhora da Conceição, Natal.

Fonte de dados: Serafim Santiago (2009)

Serafim Santiago apresenta um calendário inflado com festas de santo, como era usual no Brasil à época. Membro da Irmandade do Amparo, conhecedor das celebrações litúrgicas, ao lado das muitas celebrações religiosas, cita algumas de cunho cívico. No mês de julho registra, no dia 2, a festa de Visitação de Nossa Senhora à sua prima Santa Isabel e a visita ao Hospital da Misericórdia. Acrescenta, porém, que na tarde deste dia, o presidente mandava a tropa fazer exercícios em frente ao Palácio (“arrumamento”, segundo o povo), em regozijo à entrada do exército pacificador na Bahia em 1823.⁸ Nada registra, porém, sobre o 8 de julho.

As datas cívicas de maior destaque pelas comemorações são o Sete de Setembro e o 24 de Outubro. A primeira celebrava a Independência do Brasil e ele a descreve com a presença de grupos de rapazes fantasiados de negros e índios a simular lutas, numa encenação que era conhe-

8 No processo de independência do Brasil, as lutas persistiram na Bahia até 1823, quando se deu a expulsão das últimas tropas portuguesas lideradas pelo General Madeira de Melo.

cida como Quilombo, ou Lambe-sujo, como era denominada pelo povo. A segunda celebrava a independência de Sergipe, e será tratada com mais vagar. O espaço entre as duas grandes festas cívicas na São Cristóvão do século XIX era preenchido por grupos de mascarados que, nos domingos e feriados, se apresentavam nas ruas teatralizando situações históricas ou cenas do cotidiano em tom jocoso e burlesco marcado por ironias. Às vésperas do 24 de outubro, porém, as farsas eram interrompidas e o tom da celebração se fazia cerimonioso. Depois da mascarada, acontecia a festa formal marcada pela grandiosidade e efervescência popular do 24 de outubro, observando-se, no plano local, as sequências rituais registradas no Brasil por Roberto da Matta (1979).

Baseando-se na tradição oral de velhos, Serafim Santiago registra a primeira festa de celebração de independência de Sergipe ocorrida em 24 de outubro de 1836, na cidade de São Cristóvão, então capital da província. Nessa ocasião, por iniciativa do presidente, colocou-se no frontispício do quartel militar, então reedificado, a estátua do índio Seregipe, cacique do tempo da conquista e tido como símbolo de liberdade.

O trajecto da estátua foi feito em um rico carro triunphante que percorreu algumas ruas da antiga Cidade, representando n'ella, não só a bem esculpida estatua do Cacique Seregipe que ia ser collocado, como o jovem christovense - Pedro Amancio d'Almeida Motta, ali conhecido por "Pedrinho Motta" caprichosamente vestidinho de caboclo, que gozando de boa voz, entoava o Hymno Sergipano, este que foi escripto pelo poeta latinista Sergipano, Capitão Manoel Joaquim de Oliveira Campos e publicado no exemplar nº 148 do Jornal da Capital - "Noticiadôr Sergipano", no anno de 1836; e com sua sublime musica tão delectavel é composição do inesquecível christovense - Frei José de Santa Cecilia.(SANTIAGO, 2009, p. 284)⁹

Nesse contexto, ao lado da aposição da estátua do cacique, o grande destaque é o Hino Sergipano recentemente criado e cantado por um caboclo, menino caracterizado como índio, a indicar que a festa era um feixe de símbolos que anunciava tempo de identidades emergentes.

A celebração de 1836, acima descrita sucintamente, repetiu-se por anos a fio, certamente embalada pelo feriado decretado desde 1839. O 24 de outubro tornou-se data festiva no calendário cívico de Sergipe, passou a denominar importantes logradouros públicos e data preferencial para inaugurações de obras governamentais mais expressivas.¹⁰ Era a data maior da Província, a da celebração de sua independência, comemorada com festas que se repetiam nos municípios.

9 Outras informações sobre as celebrações de 1836 são registradas por Lima Júnior (1920).

10 A inauguração do importante estabelecimento de ensino Atheneu Sergipense ocorreu em 24 de outubro de 1870, para saber mais sobre o Atheneu Sergipense ver Alves (2005).



Em 1874 ou 1875,¹¹ quando a cidade de São Cristóvão já não era mais a capital de Sergipe, transferida que fora em 1855 para Aracaju, o memorialista Serafim Santiago tomou parte ativa em uma das últimas edições da festa realizada em São Cristóvão. Ele, que durante a juventude integrara outras festividades, como membro da comissão organizadora em 1875, participou dos bastidores da celebração e deixou um relato muito detalhado aqui apresentado resumidamente ressaltando a imponência e a grandiosidade da comemoração. Ela ocorre num momento em que no plano nacional, sob o influxo do romantismo, os índios idealizados do passado ganhavam o *status* de símbolo da nação e as grandes festas ajudavam a divulgar esses símbolos junto com a figura do Imperador Dom Pedro II por todo o Império.¹²

A grandiosidade da comemoração de 24 de outubro realizada em meados dos anos 70 de Oitocentos é atestada pelas dez comissões especiais que ficaram encarregadas de preparar o evento, quantidade indicativa de que a festa se fazia com forte envolvimento da população. Convocadas pelo bacharel Francisco José Martins Pena,¹³ havia comissão de donativos, ornamentação do palanque e da praça da Matriz, batalhão dos lanceiros, batalhão dos caboclos, grupo dos encamisados ou cavallhada, música marcial, decoração do carro triunfante, decoração da matriz, iluminação da cidade, ornamentação do teatro e de contato com autoridades religiosas encarregadas dos sermão da missa e de cantar o *Te Deum*. Entre os membros das comissões figuravam Serafim Santiago e João Nepomuceno Borges, o conhecido João Bebe Água.

A narrativa dessa festa se estende por quase 10 páginas do livro de Serafim Santiago. É um relato muito minucioso que aqui figura, contudo, de forma resumida, mas procurando contemplar todos os elementos que compõem as festividades.¹⁴

- 11 O autor declara que não lembra ao certo o ano da festa, se 1874 ou 1875, para facilitar, convençionei 1875 como o da celebração descrita.
- 12 Sobre a figura do Imperador e sua relação com índios, ver Amoroso e Saez (1995) e Porto Alegre (1994). Sobre as festas do período imperial, ver Schwarcz (2001) e Ribeiro (1995).
- 13 Francisco José Martins Pena Júnior (1837-1884), bacharel formado em Recife, foi advogado, delegado de polícia e deputado em Pernambuco. Em Sergipe, foi deputado em várias legislaturas e juiz municipal e de órfãos do termo da Capela e em São Cristóvão, onde decidiu viver. Colaborou com a imprensa e escreveu discursos e algumas obras de teatro. Cf. Guaraná (1925).
- 14 A descrição vai da p. 284 a 293 do livro de Serafim. Durante a apresentação deste texto como palestra no XLV Encontro Cultural de Laranjeiras em janeiro de 2020, Aglaé Fontes, nossa artista da palavra, fez uma leitura dramatizada da descrição da festa, enquanto iam sendo projetadas algumas imagens da cidade de São Cristóvão anunciadas no trajeto do cortejo. Eram fotos coletadas de várias fontes, mas sobretudo do Álbum de Sergipe, de Clodomir Silva, publicado em 1920, por ocasião do primeiro centenário da nossa independência, obra agora republicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.



As comemorações de 1875: uma descrição resumida

A festa começava de véspera. No início da noite, do dia 23, o repique dos sinos das igrejas era o sinal convencional para que se iluminassem a fachada das casas, já tendo a comissão fornecido lanternas e velas às pessoas pobres que não podiam fazer esta despesa. O palanque armado na praça da Matriz também estava bastante iluminado. Em frente ao convento dos capuchinhos, reuniam-se homens montados em “finos cavallos bem aparelhados com ricas mantas e peitoral, contendo muitos guisos ou cascaveis pequenos, que com o andar dos animais, formavam uma bonita consonancia” (p. 286). Todo o pessoal estava vestido de branco com chapéus de palha da terra, e levava nas mãos lanternas com inscrições apropriadas ao dia. Esses cavaleiros que formavam as “encamisadas” seguiam para a porta da matriz, para onde também convergia um menino aprendiz de música, vestido de caboclo, altaneiro e majestoso, com seu saiote e penacho de lindas penas de pavão e de ema, trazendo a tiracolo sua aljava, contendo milhares de setas, evocando a ideia da valentia selvagem. Já ali estava o pessoal da música marcial, o artista fogueteiro com as salvas de bombas, as girândolas de foguetes e uma grande multidão. Dadas as oito horas no relógio, ouvia-se o sino da matriz tocar oito badaladas festivas e começar logo a repicar. O caboclo cantava três versículos do Hino Sergipano; ao término do qual, reboavam aos ares foguetes, com as ovações populares e toque de músicas.

Deslocavam-se então da porta da Igreja para o palanque, onde já se encontravam as autoridades.¹⁵ O caboclo vinha acompanhado da banda de música, dos cavaleiros e da multidão e, no palanque, ocupava lugar de destaque em cadeira de alto espaldar, vis-a-vis com outra em forma de trono onde se achava o retrato de S. M. o Imperador. O caboclo cantava todos os versos do Hino Sergipano. Com discursos, vivas e fogos, essa cerimônia era encerrada e o préstito acompanhava o caboclo até sua casa, enquanto os cavaleiros que compunham as “encamisadas”, continuavam a percorrer as ruas da cidade, dando vivas a S. M. Imperial, à emancipação política da Província e ao dia 24 de Outubro. Durante a noite alguns soldados faziam guarda ao retrato de S M o Imperador em exposição no palanque, sendo muito visitado pela famílias.

O autor registra a satisfação dos sancristovenses enfeitando as ruas com arcos de fazenda e laços de fita verde e amarela, ou folhagens, e muitos preparavam lindos jardins pelas portas e praças. Ouviam-se muitas serenatas durante a noite e até pela manhã.

15 É interessante registrar que Santiago, que era tão pródigo em registrar os nomes dos artistas, dos membros das comissões da festa, dos padres, limitava-se a anunciar a presença de juiz, promotor, comandante, mas não os nomeia. É como se as autoridades oficiais fossem espectadores da festa.



Na madrugada do dia 24, em outro ponto da cidade, na Igreja do Amparo, já se encontrava o carro triunfante muito bem decorado com ricos enfeites de cetim verde e amarelo. Um girândola de foguetes, comandada pelo exaltado cristovense e zelador daquela igreja, João Nepomucena Borges, o João Bebe Água, anunciava aos patrícios a hora da subida do carro triunfante para o ponto de partida. Eram três e meia da madrugada, e o carro era puxado pelo povo, precedido da banda de música e foguetes. O destino era o convento dos capuchinhos na entrada da cidade. Esta estava enfeitada, “ostentando suas graças e donaires como a matrona que se enfeita esperando ocupar, em um salão de baile, o lugar que em outros tempos ocupava orgulhosa e altiva” (p. 288).

Às cinco horas, tocava a alvorada na porta da matriz com toque de cornetas, repiques de sinos, execução do Hino Sergipano pelos músicos e muitos fogos. Os sinos da matriz repicavam as três chamadas para a missa e o *Te-Deum*, que deveria começar às oito horas. Os batalhões dos caboclos e o dos lanceiros se preparavam para formar uma parada na praça da Matriz, com seus comandantes fazendo manobras e as continências de estilo, e em seguida encaminhavam-se para o convento dos capuchinhos onde estacionara o carro triunfante. Nele já se encontrava o menino vestido de caboclo, sentado no trono. Vinha acompanhado de uma comissão e de músicos, flautistas e violinistas que se colocavam em assentos laterais ao pé dos degraus do referido trono. À hora apropriada, ouvia-se o violino do maestro Firminiano Nunes dos Santos Fortes, e o menino caboclo cantava os versos do Hino Sergipano:

*Alegrai-vos, Sergipanos,
Eis surge a mais bela aurora,
Do áureo jucundo dia
Que a Sergipe honra e decora.*

Respondia a música marcial o cheio do côro:
O dia brilhante,
Que vimos raiar,
Com canticos doces
Vimos festejar.

Após o cântico das várias estrofes do Hino e de discursos, o carro começava a andar; e ouvia-se o repicar dos sinos da igreja dos capuchinhos, logo seguido pelos das demais igrejas. No percurso até a matriz, ia parando em todos os arcos que encontrava, e o caboclo entoava quadras do Hino. As ruas estavam ornamentadas e o povo só pisava em folhas de laranjeiras, mangueiras, pitangueira, alecrim do campo e junco.





Na matriz, o caboclo ocupava lugar de destaque de onde assistia à missa e ao *Te Deum*. Do mesmo modo, os comandantes e oficiais dos batalhões entravam na igreja, onde já se encontrava o vigário Barroso, pregador do sermão do *Te-Deum*, revestido com suas vestes sacerdotais que recebera como presente das mãos de S. M. o Imperador, no Rio de Janeiro, na ocasião em que pregou um sermão na Capela Imperial. Ao lado, o Vigário Pinto de Itaporanga, cantor do *Te Deum* e a orquestra que executava uma linda *ouverture* denominada Santa Cecilia.

No final dos atos sacros, por ocasião de ser dada a bênção pelo celebrante, ao soarem as campas e repicarem os sinos, as cornetas de ambos os batalhões fizeram sinal de joelhos em terra. Neste momento solene, a música tocava o Hino Sergipano, subiam ao ar muitas girândolas e ouvia-se os enormes estampidos das salvas. À frente da matriz, formava-se o cortejo e os batalhões tomavam posição para acompanharem o carro do caboclo. O préstito seguia pela rua do Carmo, rua das Flores, rua do Sol, rua da Nova Constituição (antiga Varadouro), rua da Cadeia, praça de Palácio, rua de São Francisco até entrar novamente na praça da Matriz, parando o carro em frente ao palanque. Já ali estavam as autoridades, prontas para levantarem os vivas do estilo, no momento em que o caboclo findasse o canto do Hino Sergipano. Em frente ao sobrado do Vigário Barroso, discursava o vigário de Itaporanga, seguindo-se foguetório. Seguia dali o cortejo, atravessando novamente a praça até entrar na rua da Imperatriz, rua das Flores (pela segunda vez), até a pequena praça do Amparo, em cuja igreja era recolhido o carro triunfante. O itinerário terminava às três horas da tarde; as cornetas tocaram debandar e o povo procurava descansar algumas horas, até a noite para o espetáculo no teatro.

Às oito horas da noite, depois que a orquestra executava uma *ouverture*, ouvia-se apitar e subir o pano de boca. O cenário era uma rica vista de sala nobre e no fundo um lindo respaldo onde se achava o caboclo que cantava três versículos do Hino Sergipano, seguido de declamações de poesias e discursos. A orquestra tocava nova música, e era encenado o drama: *A filha do Salineiro*.¹⁶ Para assistir a este festejo, vinham muitas pessoas de Aracaju, Laranjeiras, Itaporanga, Lagarto e de todo o município de São Cristóvão.

Ao concluir esta narração resumida, devolvo a palavra a Serafim Santiago: “acho que os meus patricios tinham sobrada rasão em entusiasmar-se com os festejos de 24 de Outubro, pois foi nossa velha e legendaria cidade de S. Christóvão, o Theatro de tão grandioso acontecimento” (SANTIAGO, 2009, p. 293).

16 A filha do salineiro (1860), do sergipano Constantino Gomes, romancista e autor de peças de teatro, radicado no Rio de Janeiro, autor de obras indianistas como Arycurama, folhetim publicado no jornal A Folha Ilustrada do RJ entre 1875-1876.

Conexões: símbolos e sentidos

A estrutura da festa realizada em São Cristóvão na década de 70 do século XIX repete, em linha gerais, as festas do período imperial, e especialmente a festa do Dois de Julho na Bahia, iniciada em 1824 para comemorar a expulsão das tropas portuguesas, festa que continua em vigência até hoje, com imagens que inundam a internet, tendo na estátua do caboclo e da cabocla personagens centrais.¹⁷

Um agregado de vários itens compõe a festa sancristovense de 1875 e dão à cidade colonial um ar de alegria e efervescência. Iluminação (luminárias), fogos de artifício, ruas alcantifadas de folhas de plantas odoríferas, arcos de tecido e vegetação a indicar pontos de parada do cortejo. Este tem à frente um carro triunfal que conduz o caboclo identificado pelos seus ornatos de penas e aljava com setas, seguido por batalhões de caboclos, com arcos e flechas, de lanceiros (a pé), cavaleiros, grupos de músicos e o povo. Deslocava-se pelas ruas principais da cidade, passando em frente aos templos mais destacados (S. Francisco, Carmo, Amparo), *locus* do poder religioso, e concentrando as atividades na praça da Matriz, na igreja dedicada à padroeira N. Sra. da Vitória em frente à qual fora erguido o palanque onde se abrigavam as autoridades civis e encontrava-se em exposição o retrato do Imperador.

O texto não especifica qual imperador era homenageado, se Pedro I, que ratificou a medida de D. João VI dando independência a Sergipe, ou Pedro II, o seu filho, que então governava o Brasil. Certamente, o retrato exposto era de Pedro II, que, por essa época se empenhava em difundir sua imagem em todo o Império como forma de reforçar o poder central e inclusive visitara a cidade de São Cristóvão em 1860.¹⁸ Desse modo, uma festividade pública da celebração de independência da Província de Sergipe incorporava ritos da Corte. A visita das famílias ao retrato do Imperador no palanque da praça era um substitutivo ao beija mão da Corte e expressava a fidelidade dos súditos sergipanos ao poder imperial enquanto celebrava também a nação brasileira. A missa e o *Te Deum* marcavam a presença da igreja nessa aliança com o poder civil, o trono e o povo na celebração da independência de Sergipe, cujo hino contém estrofe em que o Imperador é evocado:

17 Sobre a festa do Dois de Julho na Bahia há uma farta literatura. Remeto a Manuel Querino que, em seu livro *A Bahia de outrora*. Salvador; Livraria Progresso Editora, 1955 (primeira edição de 1916), trata da celebração da Independência no século XIX em artigo onde se percebem muitos elementos comuns à festa realizada em São Cristóvão em 24 de outubro de 1875; Ordep Serra (1999) em *Rumores da festa: o sagrado e o profano na Bahia* trata das comemorações na atualidade.

18 Ver na Revista do IHGSE, v.21.n. 26b. [1965], p. 64-78, transcrição do trecho do diário do Imperador Pedro II em visita a Sergipe em janeiro de 1860. Ver também Galvão (1860).



Alça a voz que ao trono sobe,
Que ao Soberano excitou;
E curvo o trono a seus votos,
Independente ficou.

De todos os elementos da festa, contudo, tanto em 1836 quanto em 1875, o caboclo a cantar o Hino Sergipano é o personagem mais destacado. Se os organizadores da festa sancristovense importaram elementos da festa do Dois de Julho da Bahia¹⁹, como o carro triunfante (carruagem ornamentada e puxada à mão pelo povo), os sergipanos colocaram em cima dele um ser vivo, um jovem cantor que repetia o Hino várias vezes, durante todo o dia e à noite, integralmente ou em partes, em diferentes espaços. O Hino era o símbolo maior a ser divulgado e o era através da alegoria do menino caboclo/índio. Este está profundamente relacionado ao índio fixado pelo movimento romântico indianista, como símbolo da nacionalidade brasileira. No caso específico de Sergipe, assume significado identitário mais incisivo vinculado a Seregipe, personagem indígena do tempo da conquista com forte penetração no imaginário dos sergipanos como símbolo de liberdade.²⁰

30

Figura 2. O caboclo - desenho do artista plástico Bené Santana, 2020²¹



Fonte: Arquivo da autora.

- 19 A favor dessa hipótese, acrescente-se que Frei Santa Cecília, autor do Hino e de discurso na celebração de 1836 em São Cristóvão, tinha fortes ligações com a Bahia destacando-se como orador numa festa de Dois de Julho. Cf. Lima Júnior (1920).
- 20 Sobre as representações e presença dos índios no imaginário e produção dos sergipanos, ver Dantas (2002) e Dantas (2006).
- 21 Agradeço a Bené Santana que, por solicitação minha e inspirado na descrição de Serafim, produziu a imagem que ilustra esse texto.

Figura 3. Trecho do Hino Sergipano

Alegrai-vos, sergipanos,
Eis que surge a mais bela aurora
Do áureo jucundo dia
Que a Sergipe honra e decora.

Fonte: FRANÇA e CRUZ (2007, p. 200).

O caboclo e o Hino²² formam uma unidade significativa que remete à autonomia política que então se celebra. Símbolos, alegorias, rituais e mitos compõem o imaginário social cuja elaboração é parte integrante da legitimação de regimes políticos, assim como de momentos de mudanças de redefinição de identidades, como ensina José Murilo de Carvalho, em seminal estudo sobre a criação dos símbolos da República no Brasil.

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro (CARVALHO, 1990, p. 10).

A frequente repetição do Hino cantado pelo caboclo tem eminente função pedagógica de inculcação de novas visões de mundo e de conduta, ao rememorar a independência de Sergipe em relação à “província maior”. É assim que no Hino se refere à Bahia e, como assinala Terezinha Oliva (2007, p. 200), exaltando a liberdade de Sergipe, todavia defendendo a política de boa vizinhança.

A bem dos seus filhos todos
Quis o Brasil se lembrar
De o seu imenso terreno
Em província separar
Mandemos porém ao longe
Essa espécie de rancor
Que inda hoje alguém conserva
Aos da província maior (destaque meu)

22 Ver reprodução integral do Hino Sergipano no final do texto. Os autores do Hino estão biografados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, edição comemorativa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe, v. 5, n. 9, 1920.



*A união mais constante
Nos devemos congrassar
Sustentando a liberdade
De que queremos gozar.*

A insistente repetição do Hino cantada pelo caboclo, ao tempo em que apregoa a liberdade de Sergipe e divulga o primeiro símbolo oficial da então Província, traz à cena um personagem forte na história local, o índio Seregipe ou Serigy, capaz de fornecer inspiração também para outros símbolos.

Essa festa de celebração da independência de Sergipe, que copia modelos da Corte e especialmente da província vizinha para celebrar sua independência, aponta para a circularidade da cultura (BURKE, 1989) e sua adaptação a diferentes espaços e contextos históricos. Na primeira celebração, em 1836, o personagem central – sob a forma de estátua – aparece nomeado como índio Seregipe, estabelecendo-se uma relação direta com uma figura da história local, um dos caciques da conquista de Sergipe, erigido em símbolo de liberdade. Cabe lembrar, como o fiz em trabalho anterior, Dantas (2002), que o nome Sergipe é tributário das origens indígenas. Segundo uma das versões etimológicas mais difundidas, Sergipe, nome do estado, de rio e de cacique, provém do tupi *Cyri-gy-pe* que se traduz por “no rio dos siris” (GUARANÁ, 1916, p. 321).

Cyri-gy-pe, *Serigy*, *Seregipe*, *Sergipe*... evidencia um percurso histórico-linguístico a indicar origens, a estabelecer marcos de uma identidade buscada e trabalhada em vários níveis. No contexto das celebrações da independência descritas por Serafim Santiago, o caboclo, que amiúde canta o hino sergipano, personifica o novo ente político que se separa da Bahia.

Anos mais tarde, já no período republicano, quando novos símbolos oficiais são criados, um índio figurará no selo do Estado.²³

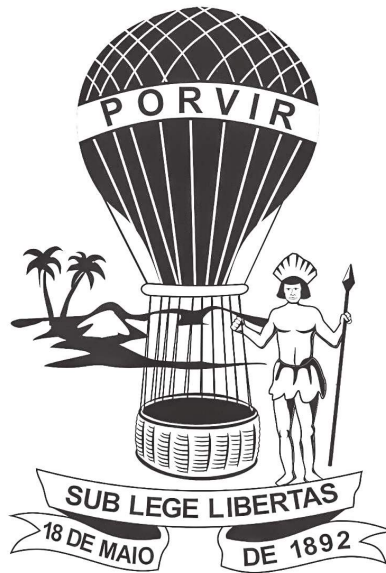
Criado em 1892, num momento em que se retomam as questões de limites entre Sergipe e Bahia, no selo destaca-se a figura de um índio em “ato de embarcar em um aeróstato” em cujo centro se lê a palavra *PORVIR*, e abaixo a legenda “*sub-lege libertas*” (liberdade sob a lei), numa referência à primeira Constituição do Estado promulgada em 18 de maio de 1892, data também presente no referido selo. O autor do projeto, Brício Cardoso, professor e deputado em várias legislaturas, “considerou o índio como sendo *Serigy* ou *Sergipe*, abraçando a civilização, simbolizada pelo aeróstato, invenção do brasileiro Bartolomeu de Gusmão” (DANTAS, 2002, p. 39).

23 Vale ressaltar que Sergipe é o único estado do Brasil a ter a figura de índio em símbolos oficiais. Ver: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=10&start=15>. Acesso em janeiro de 2020.



No selo de Sergipe, o índio é personagem central, sendo apresentado com um saiote de penas e um canitar a adornar-lhe a cabeça, tendo a mão direita pousada no balão, enquanto a esquerda segura uma seta na mesma posição que o Imperador segura o cetro.

Figura 4. Selo de Sergipe



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Disponível em: <<https://al.se.leg.br/implementacao-dos-vencimentos-do-plano-de-carreira-dos-servidores-publicos-tem-aprovado-do-poder-legislativo/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Essa representação do cacique Serigy, ao embarcar no balão do porvir, é emblemática de todo um imaginário que, ao longo da segunda metade do século XIX, foi trabalhado através de diferentes linguagens, como a pintura, a escultura, a literatura e também os rituais populares em que personagens simulando índios e negros participam com suas vestes e enfeites de penas, seus arcs e flechas, com seus caciques transmudados em reis coroados e com filhas princesas, como se vê no Lambe-sujo e Caboclinhos de Laranjeiras.

Figura 5. Lambe-sujo



Fonte: Arquivo da autora.

Figura 6. Caboclinhos



Fonte: Arquivo da autora.



O percurso deste folguedo é paradigmático: Após transitar entre apresentações nas festas de independência do Brasil celebradas no dia Sete de Setembro e nas comemorações da independência de Sergipe celebradas no 24 de Outubro, foi alijado das celebrações cívicas e criou sua própria festa, consoante com os novos tempos de exacerbação do turismo cultural e de afirmação étnico-identitária ganhando novos significados²⁴. Desse modo, os índios idealizados do passado continuam povoando o imaginário dos sergipanos: figuram no selo oficial do Estado e nos folguedos de rua.

Celebrações são momentos especiais em que, a propósito de rememorar fatos históricos, se constroem símbolos e também memórias. Memórias que se fixam reelaborando certas imagens em detrimento de outras. A memória é sempre seletiva; depende de algumas lembranças e de muitos esquecimentos (POLLAK, 1989). Mas o que interessa muitas vezes é a “própria memória, e não apenas sua contribuição para a História” (MONTEIRO, 1996) Se as narrativas memorialísticas de Serafim Santiago não elucidam pontos obscuros da nossa história, elas ajudam a revelar o processo de construção de símbolos estaduais no nascedouro das comemorações da independência política de Sergipe.

Figura 7. Letra do Hino Sergipano

Letra: Manoel Joaquim de O. Campos
Música: Frei José de Santa Cecília

Alegrai-vos, sergipanos, Eis que surge a mais bela aurora Do áureo jucundo dia Que a Sergipe honra e decora.	Alça a voz que o trono sobe, Que ao Soberano excitou; E curvo o trono a seus votos, Independente ficou.
O dia brilhante Que vimos raiar, Com cânticos doces Vamos festejar.	O dia brilhante, etc.
A bem de seus filhos todos, Quis o Brasil se lembrar De o seu imenso terreno Em províncias separar.	Eis, patrícios sergipanos, Nossa dita singular, Com doces e alegres cantos Nós devemos festejar.
O dia brilhante, etc.	O dia brilhante, etc.
Isto se fez, mas, contudo Tão cômodo não ficou, Como por más conseqüências Depois se verificou.	Mandemos porém ao longe Essa espécie de rancor Que inda hoje alguém conserva Aos da província maior.
O dia brilhante, etc	O dia brilhante, etc.
Cansado da dependência Com a província maior, Sergipe ardente procura Um bem mais consolador.	A união mais constante Nos deverá consagrar, Sustentando a liberdade De que queremos gozar.
O dia brilhante, etc.	O dia brilhante, etc.
	Se vier danosa intriga Nossos lares habitar, Desfeitos aos nossos gostos Tudo em flor há de murchar.
	O dia brilhante, etc.

Fonte: FRANÇA e CRUZ (2007, p. 200).

- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DANTAS, Beatriz Góis. Da taba de Serigy ao balão do porvir: representações sobre índios em Sergipe no século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 33, 2002, p. 20-45.
- DANTAS, Beatriz Góis. Representações sobre índios em danças e folguedos folclóricos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 35, 2006, p. 89-104.
- DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os cem anos do IHGSE, 1912/2012**. São Cristóvão: Ed. da UFS; Aracaju: IHGSE, 2012.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves e CRUZ, Maria Tereza Souza (Coord.). **Atlas Escolar de Sergipe**. Espaço geohistórico e cultural. João Pessoa, PB: Ed. Grafset, 2007.
- FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 3. ed. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- GALVÃO, Manuel da Cunha. **Viagem Imperial à Província de Sergipe**. Bahia: Tipografia do Diário, 1860.
- GUARANÁ, Armindo. Glossário etimológico dos nomes da língua tupi na geografia do estado de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. 2 n. 5, 1916.
- GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro, Edição do Estado de Sergipe, 1925.
- LE GOFF, Jacques. Calendário In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 1, Memória e História. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- LIMA JÚNIOR, Francisco Antonio de Carvalho. Frei José de Santa Cecília. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Edição comemorativa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe, v. 5, n. 9, 1920.
- MATTA, Roberto da. **Carnaval, Malandros e Heróis; para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MONTEIRO, Paula. **O V Centenário: entre o mito e a história**. Petrópolis: Vozes, 1996
- NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- OLIVA, Terezinha. Símbolos do Estado. In: FRANÇA, Vera Lúcia Alves e CRUZ, Maria Tereza Souza (Coord.). **Atlas Escolar de Sergipe**. Espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa, PB: Ed. Grafset, 2007.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE**. EDIÇÃO comemorativa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe, v. 5, n. 9, 1920, p. 9.



PEDRO II, Dom. **Diário do Imperador Pedro II na sua visita a Sergipe, em janeiro de 1860.** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v.21.n. 26b. [1965], p. 64-78.

PEDRO II, Dom. **Diário da Viagem ao Norte do Brasil.** Salvador: UFBA, 1959.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p.3-15

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. “Imagem e representação do índio no século XIX”. In: GRUPIONE, Luis Donisete Benzi (Org). **Índios no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. 1994.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de outrora.** Salvador; Livraria Progresso Editora, 1955. (primeira edição de 1916).

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

SANTIAGO, Serafim. **Anuario Sanchristovense ou Cidade de São Christovão.** São Cristóvão: UFS, 2009.

SANTOS, Mesalas Ferreira. **Performance e escárnio na festa do Lambe-sujo.** São Cristóvão: Ed. UFS, 2012.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SERRA, Ordep. **Rumores da festa: o sagrado e o profano na Bahia.** Salvador: UDUFBA, 1999.

